

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA**



**A CORRESPONSABILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DA SEGURANÇA
PÚBLICA: A PROTEÇÃO DE *SOFT TARGETS***

Autor: António Manuel Leitão da Silva

Trabalho de Investigação final

4.º Curso de Direção e Estratégia Policial

Lisboa, Setembro de 2017



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA**

**A CORRESPONSABILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DA SEGURANÇA
PÚBLICA: A PROTEÇÃO DE *SOFT TARGETS***

António Manuel Leitão da Silva

Trabalho de Investigação final

4.º Curso de Direção e Estratégia Policial

Orientador: Prof. Dra. Cristina Queirós (FPCEUP)

Lisboa, Setembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do 4º CDEP e reflete um investimento pessoal na progressão na carreira de oficial de polícia que há um quarto de século decidi abraçar.

Ao longo destes anos muitas foram as pessoas que estiveram presentes nos méritos e deméritos de uma profissão tão cheia de vicissitudes, de incertezas, de frustrações mas que, apesar de tudo aquilo que de negativo se possa elencar, serviu para definir um carácter e uma vontade de servir os outros através da ação da Polícia.

À família devo um primeiro agradecimento. Habituei-me ao longo dos meus primeiros anos de vida a ver o meu pai fardado com as cores da Polícia de segurança Pública e a respeitar a nobreza da profissão que escolheu. É um lugar-comum dizer-se que a família é sempre o porto seguro, aquele a que se regressa nas marés de feição e nos tempos de tempestade. Sem o esteio familiar o desafio teria sido de uma exigência desigual e questiono-me se teria sido possível enfrentar alguns desafios e desaires sem esse respaldo de afeto que encontramos em casa.

À minha orientadora e amiga Professora Doutora Cristina Queirós devo aquilo que academicamente fui construindo ao longo dos anos e, sobretudo, devo-lhe uma enorme e sólida amizade.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira, pela amizade e pela perspetiva “desempoeirada” que tem sobre o papel da Polícia na sociedade.

Ao Senhor Comandante Metropolitano da PSP do Porto, Superintendente-Chefe Miguel Mendes, pela disponibilidade, profissionalismo e sentido de missão com que gere os destinos da segurança da cidade do Porto.

À então Escola Superior de Polícia, atual Instituto de Ciências Policiais e de Segurança Interna, o agradecimento por me ter educado para uma vida cheia, policromática no sentido do servir.

Ao Francisco.

RESUMO

Um dos desafios contemporâneos para o exercício da segurança pública centraliza-se na gestão da incerteza e na assimetria e indeterminação da ameaça. Sendo a segurança um conceito transversal, que percorre o espectro social, desde a esfera individual à reação formal do Estado, é necessário revisitar os padrões de colaboração institucional e readequar as novas formas de resposta perante as novas formas de desvio, nomeadamente os ataques a *soft targets*.

Este estudo pretende aferir junto de decisores locais e policiais da cidade do Porto o seu posicionamento objetivo sobre a proteção de *soft targets*. Ao centralizar o estudo na cidade do Porto, com a entrevista do seu Presidente de Câmara e do seu Comandante de Polícia, conclui-se que existe sensibilidade e conhecimento sobre a necessidade de novas estratégias para a proteção de *soft targets*. É reforçada a ideia que a coprodução securitária incorpora uma parte significativa de atitudes individuais, nomeadamente de cidadãos conscientes do seu papel fulcral no exercício da segurança.

Palavras-chave: incerteza; *soft targets*; corresponsabilização; cultura securitária; poder local, Polícia Municipal, PSP

ABSTRACT

One of the contemporary challenges to the exercise of public security is centered on the management of uncertainty and on the asymmetry and indeterminacy of the threat. Since security is a cross-cutting concept that traverses the social spectrum, from the individual sphere to the formal reaction of the State, it is necessary to revisit the patterns of institutional collaboration and to re-adapt the new forms of response to the forms of deviation, with a special focus on the attacks against soft targets.

This study intends to assess with local decision makers – police and mayor’s office- in the city of Porto its objective position on the protection of soft targets. We centralize the study in the city of Porto, with the interview of its Mayor and his Police Commander, and we concluded that there is sensitivity and knowledge about the need for new strategies for the protection of soft targets. The idea is reinforced that safety co-production incorporates a significant part of individual attitudes, particularly of citizens aware of their central role in the exercise of security.

Keywords: uncertainty; soft targets; co-responsibility; security culture; local power, Municipal Police, PSP

LISTA DE ABREVIATURAS

ACLU - American Civil Liberties Union
CAC - Cotation Assisté en Continu
DAX - Deutscher Aktienindex
FBI - Federal Bureau of Investigation
FS - Força de Segurança
FSS - Forças e Serviços de Segurança
FSTE - Financial Times Stock Exchange
H - Hipótese
LMP - London Metropolitan Police
PD - Pergunta derivada
PSP - Polícia de Segurança Pública
CMS - Conselho Municipal de Segurança
PDM - Plano Diretor Municipal
PMP - Polícia Municipal do Porto
PML - Polícia Municipal de Lisboa
SPOT - Screening Passengers by Observations Techniques
TSA - Transport Security Authority

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
1. Enquadramento temático	3
1.1. <i>Soft targets</i> : uma concetualização possível	4
1.2 Custos económicos de um atentado terrorista	6
1.3 Segurança como processo de consciencialização coletiva	9
1.4 Prevenção situacional e <i>soft targets</i> : Perspetiva micro e macro	10
1.5 Componente securitária local	13
1.6 Ineficácia da deteção comportamental?	15
1.7 <i>Run, Hide and fight</i> ou <i>Run, Hide and Tell?</i>	17
2. Formulação do Problema de Pesquisa	19
II. MÉTODO	
1. Objetivos e hipóteses	21
2. Instrumentos e procedimentos	22
3. Participantes	24
III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
IV. CONCLUSÕES	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Custos associados ao terrorismo	8
FIGURA 2 – Impactos económicos de um atentado	8
FIGURA 3 – Campanha do Reino Unido: <i>Run, Hide and Tell</i>	18
FIGURA 4 – Campanha dos EUA: <i>Run, Hide and Fight</i>	18

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – <i>Target hardening</i> : perspectiva micro e macro	12
TABELA 2 – Resumo comparativo das entrevistas	29

EPÍGRAFE

“IS didn't target buildings but activities, simple ordinary activities enjoyed by hundreds of millions worldwide. Eating out, drinking in bars, listening to music, watching football. For IS the Bataclan theatre was not hosting a rock concert for instance but a "profligate prostitution party" attended by "hundreds of pagan apostates".¹

“A nova expressão do ódio é esta: um veículo de grande porte a varrer quem encontre pela frente, para maximizar danos num curto espaço de tempo, sem que seja necessário planeamento atempado nem definição de objetivos. As cidades são os palcos e os cidadãos inocentes são os alvos. É uma forma fácil - e indiscriminada - de matar. É aberrante. Na Europa, fomos todos marcados num ponto de mira. Uma situação destas pode acontecer em qualquer cidade europeia, incluindo o Porto, Lisboa ou Albufeira. E por isso a resposta que devemos dar coletivamente é essencial.”²

¹ <http://news.sky.com/story/is-shifts-strategy-with-soft-target-attacks-10339570>

² Editorial Diogo Queirós de Andrade, Jornal “Público”, edição de 17 de Agosto de 2017.

I. INTRODUÇÃO

O que é para nós a incerteza? Diz-nos um adágio popular de origem desconhecida que “*não debes trocar o certo pelo incerto*”. Esta generalização, que de certa forma aniquila o risco da aposta na intangibilidade do que não conhecemos ou antecipamos, pode ser um quase princípio de sobrevivência no qual o garantismo de um conhecimento apriorístico implica uma maior segurança da ação. Dito de outra forma, o ser humano prefere a garantia daquilo que conhece e domina, em detrimento da incerteza. Ora, sendo o comportamento humano em muitos casos pouco antecipável, compreende-se a “*agonia*” de se querer antecipar um comportamento ou, pelo menos, minorar os seus impactos. Perscrutamos também aquilo que as leis da física nos colocam sobre a incerteza. Um dos postulados da mecânica clássica antecipa que a quantidade de movimento é o produto da massa pela velocidade do objeto, podendo o investigador, dentro de condições ideais, e conhecendo os valores indicados antecipar o comportamento do objeto. Por seu turno Heisenberg, eminente físico alemão do século XX vem, através do seu célebre princípio da incerteza, referir que podemos inferir que no caso de partículas subatómicas, quanto maior é a precisão da medição da posição do eletrão, menor será a medição do seu momento.

O recurso a estes exemplos serve para ilustrar *lato sensu* o comportamento perante a incerteza para transpor para a dinâmica dos comportamentos humanos e para as normas de convivência social uma componente de imprevisibilidade que pela natureza intrínseca do indivíduo, em comportamento normal, desviante ou psicopatológico, dificultam a antecipação de um conjunto de comportamentos que possam implicar uma ação concreta ou a possibilidade do seu surgimento. Neste contexto, estamos na presença de comportamentos que, em combinação de esforços coletivos ou individualmente erráticos, fogem das malhas da autorregulação social que impele para a observância de uma padronização comportamental. Dentro desta abordagem, na associação diferencial preconizada por Sutherland (1939) os comportamentos criminais são assimilados nos seus autores através de um conjunto intrincados de trocas interpessoais que possibilitam, por efeito de quase imitação, a sua execução. Esta troca consubstancia-se em quatro parâmetros: atitudes; técnicas de execução dos

delitos, motivações e racionalizações (Cusson, 2006). Será que nos ataques assimétricos contra alvos desprotegidos – comumente designados por *soft targets*- existe uma erosão do consenso sobre os valores fundamentais que estabelecem uma nova ordem de ação imoral por parte dos seus autores (Gassin, 1994) ou, como referimos anteriormente, aplicam-se todas as técnicas de imitação criminal tendentes a um resultado similar? Ou ainda, estamos perante indivíduos que não se enquadram em nenhuma das linhas de análise indicadas e que apresentam distúrbios afetivos e/ou cognitivos ou mesmo traços evidentes de psicopatologias?

Na inferência psicológica ao Complexo de Cassandra, Apolo, ao ver goradas e não correspondidas as suas intenções amorosas por Cassandra, filha do Rei de Troia, amaldiçoa-a *“fazendo com que todas as suas profecias, avisos e predições sejam tidas pelas demais como mentiras, impossibilitando-a também de comprovar a validade das suas visões”*³ (Silva, 2017). Nesse sentido, e como poderemos ver mais adiante neste trabalho, o desafio que se coloca às forças e serviços de segurança na proteção de *soft targets* terá de ser alicerçada no desenvolvimento de uma cultura securitária total e abrangente, desde a esfera individual á esfera coletiva, que considere a qualidade, fiabilidade e a necessidade de informações exteriores às instituições formais de controlo social. Falamos aqui de coprodução de informações de carácter policial que devem ser incentivadas na exata medida dos bens jurídicos que pretendem tutelar. Não se trata de visitar modelos de produção de informações delativas tão caras a regimes não democráticos mas sim de afirmar a necessidade colaborativa de todos para com as forças e serviços de segurança.

O ataque a *soft targets* é, pela sua essência, um catalisador de medo e insegurança, afetando a perceção securitária global. Habitamo-nos a construir cenários securitários através da previsibilidade de comportamentos, ou na sua ausência, através de construções cognitivas enviesadas de discursos do medo, geralmente ampliados pelos órgãos de comunicação social. Contudo, a transformação de locais tidos por seguros como alvos de ataque terroristas de elevada letalidade reescreve esta construção cognitiva do medo para um paradoxo de incerteza no qual a racionalidade disputa o seu lugar com a imprevisibilidade.

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_de_Cassandra

Neste sentido, questionamo-nos em que medida a antinomia *soft policing* e *soft target* pode ser dirimida no contexto securitário atual? Uma antinomia é entendida como uma “*contradição entre preposições, princípios ou ideias*”⁴. Ao aplicarmos o anglicismo *soft* ao universo das conceptualizações e filosofias de intervenção policial, quase instintivamente colocamos no mesmo segmento de raciocínio a antinomia *soft policing* e *soft targets*. Como conciliar estas duas realidades? Serão os dois indissociáveis ou concorrenciais? O paradoxo da intervenção policial deve ser alicerçado exclusivamente no *hard* e *tech policing*, ou dentro de uma lógica de produção de informações e aproximação à comunidade, na sua articulação com o *soft policing*?

Assim, e depois de refletir sobre alguns possíveis caminhos de análise, formulamos como **pergunta-base** do presente trabalho: “*Numa época dominada pela incerteza de ataques erráticos contra soft targets estarão os decisores locais cientes do papel da coprodução securitária enquanto prioridade na proteção das populações?*”. Para responder, começaremos por num primeiro ponto do enquadramento temático apresentar a conceptualização de um *soft target*, bem como os impactos que um atentado terrorista exerce nas variadas componentes sociais, assim como abordar a ação securitária enquanto processo de corresponsabilização local e fazer uma breve incursão nas ferramentas utilizadas por outras polícias, quer ao nível operacional quer ao nível da comunicação externa. Posteriormente, apresentamos o método utilizado, as perguntas derivadas e as hipóteses que se pretendem aferir, para em seguida apresentar e discutir os resultados obtidos através de entrevistas efetuadas, assim como as linhas-força que caracterizam a comunicação interinstitucional ao nível local. Por último, em sede de conclusão é feita uma síntese dinâmica sobre as principais linhas de análise na proteção de *soft targets*.

1. Enquadramento temático

Neste ponto começaremos por conceptualizar o termo *soft targets*, para em seguida abordar os custos de um atentado terrorista. Faremos também referência ao desenvolvimento do tema da segurança como processo de consciencialização coletiva e recorreremos as componentes micro e macro da prevenção situação

⁴ <https://www.priberam.pt/dlpo/antinomia>

aplicada à segurança de alvos desprotegidos. Por último elaboraremos sobre sobre as ferramentas locais que poderão contribuir para o fortalecimento do nível de segurança e analisaremos em jeito de *benchmarking* algumas estratégias policiais estrangeiras utilizadas.

1.1. *Soft targets*: uma concetualização possível

Não existe uma definição precisa e definitiva sobre tudo aquilo que poderá ser considerado um *soft target* (Mathews, 2017), pois a produção científica sobre este tema é ainda pouco significativa quando comparada com outras análises sobre fenómenos de terrorismo. De fato, o primeiro estudo produzido sobre a caracterização dos alvos dos ataques terroristas é datado de 1988 (Drake, 1988)⁵. Para Schmid (1988) existem duas grandes tipologias de alvos: *target of violence* e *target of attention*. Estes dois tipos de alvos preenchem os propósitos fundamentais do terrorismo que são matar e difundir uma mensagem (Asal et al, 2009). Desde os atentados de 2001 pode-se traçar um perfil do alvo preferencial de ataques terrorista, e da extensa lista de ataques levados a cabo entre 2001 e 2017 é clara a crescente aposta dos atacantes na identificação de alvos geográficos frequentados por um grande número de pessoas, sobre os quais não existe uma preocupação de segurança específica, e cada vez mais com o recurso a métodos mais simplificados e altamente letais (De Cauwer et al, 2017).

Para Jakle (2015) este processo de “*brutalização*” das ações pode ser sintetizada em nove parâmetros distintos: maior número de atentados terroristas; maior número de mortes devido a ataques terroristas; maior número de mortes por ataque terrorista; mais ataques suicidas; mais ataques contra *soft targets*; mais mortes devido a ataques contra *soft targets*; número médio de mortes em ataques

⁵ “*Terrorists' target selection is affected by a number of factors. Ultimately, terrorists seek to achieve their political aims by coordinating the group's resources, pattern of attacks, and any other actions - possibly including overt political activities - into an effective strategy. The strategy adopted has a fundamental effect upon the selection of targets in that - given a choice of targets - terrorists acting rationally will choose to attack those which confer the greatest benefits upon their cause. Thus, using the model of terrorism shown above, it is clear that, ideally, a terrorist group's strategy will involve attacks which maximise the chances of achieving the desired reaction by the psychological target. Terrorist strategy, and hence target selection, is also affected by factors such as the resources of the group, the reaction of society to the terrorists' actions, and the security environment within which the terrorists operate.*”⁴ Thus, while the place of ideology in the selection process is crucial, there is no single cause which can adequately explain terrorists target selection”.
<http://bdi.mfa.government.bg/info/Module%2004%20-%20Diplomacia%20i%20sigurnost/dopalnitelna%20literatura/The%20Role%20of%20Ideology%20in.pdf>

contra *soft targets*; mais ataques suicidas contra *soft targets*; mais decapitações. Como podemos facilmente depreender pela elencação apresentada a identificação de alvos desprotegidos aparece de forma expressiva no processo de brutalização proposto pelo autor.

Um *soft target* pode ser entendido com um alvo fácil ou facilitado e sobre o qual, pela sua tipologia, localização ou constituição, não recaem medidas especiais de proteção, como acontece, por oposição, para os *hard targets*. Na definição de *soft* ou *hard target* está subjacente a sua vulnerabilidade, ou seja, um alvo é tanto mais *soft* ou *hard* consoante a necessidade de estratégias de mitigação ou robustecimento na sua proteção (Mathews, 2017). Há dez anos atrás ninguém poderia imaginar que escolas, hospitais, escolas, multidões, poderiam servir de alvo a ataques terroristas (Hesterman, 2017). Como defende esta autora, o terrorismo contemporâneo não encontra barreiras morais e não deixa de fora dos seus objetivos crianças, mulheres e idosos, adicionando-lhe por este motivo uma dose extra de imprevisibilidade e censurabilidade. O novo terrorista abstém-se de qualquer “*moralidade*” intrínseca ao conflito e promove indiscriminadamente à qualidade de adversário qualquer um de nós.

Hesterman (2017) estabelece linhas de aproximação às motivações que estão por trás dos ataques contra *soft targets*, tendo em conta o historial de ataques da última década. Sucintamente, as fundamentações que levam um terrorista a escolher um alvo não convencional são:

- Ação terrorista é célere, sem grandes encargos financeiros e com planeamento curto;
- Maior possibilidade de sucesso quando comparado com um ataque a um *hard target*;
- Credibilidade e reconhecimento do atacante perante o grupo;
- Dividendos positivos retirados de ataques bem-sucedidos na angariação de novos membros;
- Máximo efeito com poucos meios: se o grupo não tem meios para atingir um *hard target* poderá conseguir efeitos similares através da identificação de um *soft target*;
- Última alternativa viável: a priorização de um *soft target* pode ser a última alternativa para a credibilização e para o consequente recrutamento de operacionais para um grupo à beira da erradicação;

- Efeito de enclausuramento: quando um grupo é “*entrincheirado*” face à ação das instituições de controlo formal as populações civis tornam-se alvos mais apetecíveis;

- Testar uma nova estratégia, tática ou armas;

- Recolha extraordinárias de fundos através de resgates (escravatura, pirataria);

- Agressão imediata a mercados económicos específicos;

- Deslegitimação do governo vigente;

- Produção de instabilidade governativa;

- Divulgação internacional da fraqueza governativa;

- Procura de cobertura mediática;

- Insegurança: depauperamento psicológico das populações;

- Atribuição de dimensão internacional a um assunto doméstico.

1.2. Custos económicos de um atentado terrorista

No padrão atual de ameaça terrorista os conflitos jogam-se entre atores assimétricos e bem distantes da perspetiva Clausewitiana da guerra, na qual as partes intervenientes se situam no plano simétrico de objetivos que aliam a posse do território ao derrube de um poder político vigente (Gaiolas, 2010). A nova forma de conflitar radica-se num propósito unilateral e num “*inimigo*”⁶ ideológico, inimigo esse que desconhece quando vai ser atacado, porque quem vai ser atacado e como vais ser atacado. Este tipo de ação vincula apenas uma das partes do *puzzle* e dá ao atacante um claro avanço nesta relação conflitual assimétrica. Um atentado terrorista é assim uma ação incerta, imprevisível e indeterminada e que provoca impactos potencialmente mensuráveis aos mais variados níveis.

Sabemos de antemão que os custos diretos de um atentado terrorista a *soft targets* são primacialmente, e por esta ordem: as vidas que ceifam, o medo que geram e a incerteza que desenvolvem.

Contrariamente ao que o senso comum poderia indicar os custos para a economia de um país que foi alvo de um ataque terrorista são, do ponto de vista macro económicos, menores do que poderíamos à partida antecipar. Por exemplo,

⁶ Esta referência metaforiza a vítima como o “inimigo” cuja ideologia religiosa não é alinhada com o credo fundamentalista do seu perpetrador. Na nova tipologia de ameaça os alvos não são apenas “infiéis” não muçulmanos mas também outros muçulmanos.

na segunda-feira após os ataques de 2016 em Paris, o índice CAC-40 abriu em baixa mas recuperou as perdas para 0,1% ao fim do dia. O índice inglês FSTE-100 perdeu 1% e o índice alemão DAX aumentou 0,1%^{7,8,9}. O maior impacto económico é sentido principalmente no setor do alojamento, viagens e turismo, que sofre um abrandamento brusco no período pós-atentado. De acordo com Mário Ferreira¹⁰, os impactos económicos esperados após um ataque terrorista só são ultrapassados após seis meses. Se tivermos em consideração que uma boa parte das empresas que operam no setor turístico são micro e pequenas empresas sem grandes almofadas financeiras e tesouraria deficitária, qualquer atentado terrorista poderia ditar o seu fim imediato.

Contudo, se do ponto de vista macro os efeitos de um atentado não obedecem à teoria da causa-efeito, quando analisamos o comportamento do consumidor propriamente dito esta causalidade passa a ter um significado importante. Como refere a jornalista Laurie Laid¹¹ o consumidor prefere recorrer a áreas de consumo que não sejam localizadas em grandes superfícies comerciais e centrar a supressão das suas necessidades em pequenas lojas mais discretas, longe de grandes aglomerados de pessoas. Ora, em bom rigor as zonas que beneficiam de segurança policial reforçada no caso de atentados terroristas são as zonas mais frequentadas e, por essa razão, necessariamente mais seguras. Como se pode observar no gráfico da Figura 1, os custos associados ao terrorismo apresentam desde 2002 uma tendência crescente.

⁷ <https://www.forbes.com/sites/laurielaird/2015/11/16/the-paris-attacks-and-the-economic-impact-of-terrorism/#788af9bb5560>

⁸ De acordo com Todd Sanders e Walter Enders os ataques de 11 de Setembro causaram perdas económicas entre 80 e 90 biliões de dólares.

(http://www.utdallas.edu/~tms063000/website/Econ_Consequences_ms.pdf)

⁹ Em linha distinta das conclusões acerca dos impactos económicos no período pós-atentado apresentadas para o caso francês o Department of Homeland Security (DHS) indica que os atentados de 11 de Setembro, de 2001, causaram a retração de 0,5% do PIB e um aumento de 0,11% na taxa de desemprego

(https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/ois_wp_impacts_911.pdf)

¹⁰ CEO da Douro Azul e palestrante convidado no 4º Curso de Direção e Estratégia Policial.

¹¹ <https://www.forbes.com/sites/laurielaird/2015/11/16/the-paris-attacks-and-the-economic-impact-of-terrorism/#788af9bb5560>

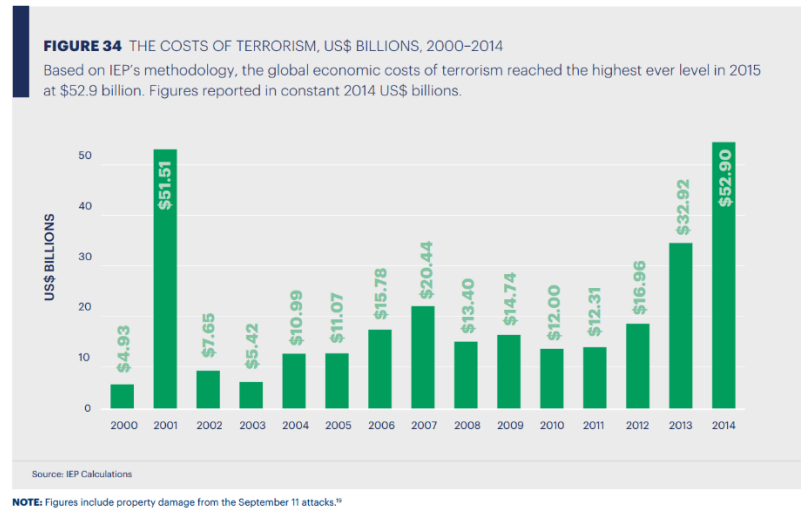


Figura 1. Custos associados ao terrorismo¹²

É ainda de referir que um evento terrorista poderá ter associados custos diretos que se prendem com as medidas imediatas tomadas no pós-ataentados, bem como custos secundários que englobam os custos das ações de mitigação mas também os custos inerente às alterações comportamentais, conforme clarificado na Figura 2.

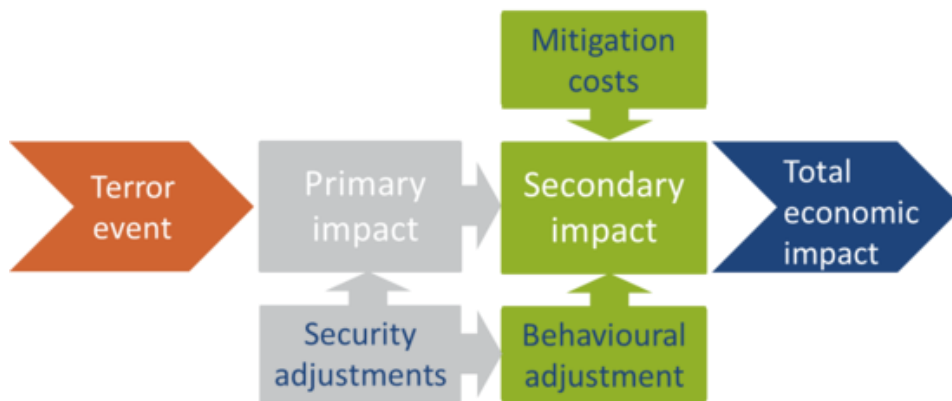


Figura 2. Impactos económicos de um atentado¹³

¹² Fonte:

https://www.google.pt/search?biw=1920&bih=950&tbm=isch&sa=1&q=cost+of+terrorism+figure+34&oq=cost+of+terrorism+figure+34&gs_l=psy-ab.3...15665.17701.0.18001.10.10.0.0.0.92.681.9.9.0...0...1.1.64.psy-ab..1.0.0.-N-CFARgf_Q#imgrc=d8MoKSkiwaK2aM:

¹³ Fonte:

https://www.google.pt/search?biw=1920&bih=950&tbm=isch&sa=1&q=terror+event+mitigation&oq=terror+event+mitigation&gs_l=psy-ab.3...19607.25019.0.25240.25.24.1.0.0.0.172.2102.21j3.24.0...0...1.1.64.psy-ab..0.13.1111...0j0i67k1j0i30k1j0i5i30k1j0i8i30k1j0i24k1.YHBKmaNqQoE#imgrc=5VuzvA6MRyMeSM:

1.3. Segurança como processo de consciencialização coletiva

O direito à liberdade e à segurança está plasmado no artigo 27º da Constituição da República Portuguesa. É incontornável que a segurança, não sendo uma tarefa fundamental do estado, é assegurada por este em conluio de esforços entre as instituições formais, cidadãos e instituições privadas (Pereira, 2017). A afirmação “*a segurança começa em cada um de nós*”, não poderia ter mais atualidade quando nos debruçamos sobre as novas formas de ataques terroristas contra *soft targets*. Então, como disseminar e potenciar a cultura de segurança? Como explicar a um promotor privado ou a um dirigente político local ou nacional que uma decisão sobre um evento, mais ou menos circunscrito no tempo, tem um coeficiente securitário específico? Como explicar de forma inteligível a um cidadão ou conjunto de cidadãos que a adoção de medidas securitárias ou a partilha de informações com as forças e serviços de segurança podem contribuir para a melhoria da segurança coletiva, antecipando comportamentos ou mitigando resultados?

A segurança no setor corporativo privado é encarada como uma das componentes fundamentais para a realização a consecução dos objetivos da empresa e sem o qual o negócio pode estar comprometido¹⁴. É indubitavelmente um dos maiores desafios ao exercício da segurança pública e sem o qual a capacidade de prevenir ou remediar com o mínimo impacto para pessoas e bens estará comprometido. Para Lourenço (2011) o novo paradigma da ameaça, assimétrica nas técnicas e meios e difusa na sua dispersão geográfica, exige uma alteração do posicionamento estratégico, operacional e tático das forças de segurança¹⁵ e, ao mesmo tempo, uma cooperação comunitária sólida direcionada, em que todos contribuam para a segurança de todos e que só pode ser obtida e

¹⁴ É de salientar o investimento avultado que o setor privado realiza em técnicas de situação situacional, nomeadamente com o recurso exaustivo à videovigilância/análise de vídeo e sistema contra intrusão de primeira linha tecnológica. Não é infrequente encontrar centrais de comando e controle equipadas com as últimas tecnologias digitais mais sofisticadas que as utilizadas pelo setor público, nomeadamente forças e serviços de segurança.

¹⁵ É importante referir as estratégias de visibilidade que a Polícia de Segurança Pública, através de policiamento ostensivo preventivo, em particular nas cidades de Lisboa e Porto, cujo exercício é baseado na imprevisibilidade e na forte capacidade de resposta. Salienta-se ainda a utilização de agentes de deteção comportamental – tipo *spotter*- para cenários de ameaça terrorista.

reforçada na promoção do conhecimento mútuo entre polícia e cidadão através do reforço da confiança (Oliveira, 2006). A este propósito, citamos Lourenço (2017, p.349) sobre o posicionamento coletivo no desenho da cultura securitária: *“Contribuir para a promoção de uma diferente cultura de segurança exige que os modelos adotados de segurança pública sejam dotados de inteligibilidade para os atores institucionais e individuais que o integram e aos quais cabe a missão de assegurar e manter a segurança pública (...). Mas exige, simultaneamente, que em todas as manifestações da vida coletiva a segurança se revele e seja reconhecida como um bem comum valioso, para o qual todos devemos ser chamados a contribuir”*.

1.4. Prevenção situacional e *soft targets*: perspectiva micro e macro

A prevenção situacional, enquanto segunda linha de defesa social contra atos delinquentes, procura fundamentalmente evitar a vitimação através da adoção de comportamentos que dificultem ou neutralizem o ato propriamente dito: *“a prevenção situacional serve para designar as medidas não penais que têm por objectivo impedir a passagem ao ato através da alteração das circunstâncias particulares em que os delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-lo”* (Cusson, 2006, p. 204).

Entendemos que existem duas componentes nesta categorização de prevenção situacional. A primeira de natureza micro diretamente ligada ao indivíduo e aos seus comportamentos individuais ou grupais. Como vimos neste trabalho a tarefa da segurança é partilhada, e por esta ordem, entre o indivíduo, o grupo e o Estado. A eficácia de uma polícia na antecipação e neutralização de uma ameaça será tanto mais comprometida quando menor for a interação com os cidadãos (interação bidirecional) pois a estes cabe o conhecimento direto sobre as dinâmicas proximais dos espaços e das pessoas que os frequentam. A segunda, do ponto de vista macro, no qual situamos as iniciativas de prevenção situacional em três grandes grupos: Empresarial; Poder Local e Estado, este último através das Forças e Serviços de Segurança. A prevenção situacional como Cusson (2006, p.206) a define enquanto *“arsenal da prevenção situacional”* elege os seguintes meios: vigilância; obstáculos físicos; controlos de acessos; desvio do delinquente do alvo; eliminação ou redução do benefício potencial de um delito e controlar armas e outros instrumentos que servem para cometer delitos.

Depois do que foi analisado tentaremos através de uma tabela de dupla entrada situar os principais desafios de *target hardening*¹⁶ que se colocam na proteção de *soft targets* com cada uma das categorias encontradas (Tabela 1).

¹⁶ *“Target hardening involves all measures that make committing a crime more difficult and reduce the opportunities for criminals to achieve their goal. Dependent on the type of crime the realisation of this measure can take various forms, ranging from teaching self-defence to potential victims of assault to bomb-proofing buildings against terrorists. In general the aim of target hardening is not to make objects completely resistant to attack, but to increase the risk of an attack to a level where the risk outweighs the gain of the crime as perceived by the offender. For example, by increasing the time it takes to overcome the measures.”*

http://securipedia.eu/mediawiki/index.php/Measure: Target_hardening

Tabela 1. Target Hardening: perspectiva micro e macro

	MICRO		MACRO	
	Indivíduo	Setor empresarial	Poder local	Estado
Vigilância física	Vigilância natural Videovigilância	Vigilância humana Vigilância eletrônica e outra alarmística Controlo de acessos	Videovigilância e análise de vídeo Sensorização e outras tecnologias não intrusivas da privacidade	Videovigilância e análise de vídeo e outras ferramentas eletrônicas (<i>tech policing</i>)
Obstáculos físicos	No caso de autoproteção no caso de um ataque em curso.	Mecanismos retrateis ou fixos de bloqueamento de entradas; Utilização de viaturas ou outros obstáculos na proteção de acessos	Desenho de obstáculos permanente em áreas pedonais de grande movimento; "imposição" de ações <i>security</i> na conceção de edifícios, zonas comerciais e áreas de lazer	Utilização de equipamentos policiais (viaturas, roadblockers,...) em eventos planeados ou grupos organizados de pessoas
Desvio dos alvos	Preferência por áreas com proteção natural mais elevada ou com maior presença policial.	Opção por áreas "seguras", nomeadamente parques industriais com segurança (física e tecnológica) partilha	Opção por iniciativas de animação em zonas com elevada proteção natural; Desenvolvimento de protocolos de atuação com as FS para a colocação de obstáculos físicos em zonas específicas	<i>Hard policing</i> Equipas policiais de primeira intervenção
Eliminar ou reduzir o benefício do ato	Resiliência	Robustecimento institucional: formação de quadros sobre cultura e estratégias securitárias	Resiliência institucional	<i>Hard policing</i>
Controlo de armas ou outros instrumentos	Não aplicável	Controlo de acessos (aplicação das mesmas condições de utilização de controlo de acesso a locais distintos dos estabelecimentos de diversão).	Aumento no nível de segurança de infraestruturas municipais críticas Controlo de acesso em atos públicos ou aberto ao público	Controle policial de grandes aglomerados ou ajuntamentos programados de pessoas (revistas de segurança)

1.5. Componente securitária local

Interessará, ainda que sem grandes elaborações, reforçar o papel que as Polícias Municipais do Porto e de Lisboa (respetivamente designadas por PMP e PML) poderão desenvolver no fortalecimento de estratégias de prevenção efetiva contra atos ilícitos em articulação operacional com a Polícia de Segurança Pública. De facto, o Decreto-lei nº 13/2017, de 26 de janeiro, vem regulamentar o art.º 21 da Lei 19/2004, e reforçar a distinção entre as PML e PMP das demais Polícias municipais criadas, assim como reafirmar as competências na regularização e fiscalização de trânsito e também definir as matérias de cooperação e colaboração entres estas polícias municipais e a PSP, atrás da figura jurídica do contrato interadministrativo. Em linhas gerais, este decreto-lei vem tão-somente clarificar a constituição e organização administrativas das polícias municipais do Porto e de Lisboa e dar uma roupagem a um corpo legislativo definindo a sua estrutura formal e canais de ligação com a PSP (Silva, 2017).

Note-se que o contrato interadministrativo é a figura jurídica encontrada pelo decreto-lei nº13/2017 para a formalização da cooperação entre a PSP e as Polícias Municipais de Lisboa e Porto. Com efeito, o art.º 5¹⁷ do diploma densifica as matérias de cooperação das quais poderemos dar ênfase às atribuições das Polícias municipais decorrentes da própria lei nº19/2004, à formação policial e à fiscalização e ordenação de trânsito. Por outro lado, abre-se a possibilidade de cooperação formal na partilha de informação relevante para a execução da atividade policial e, não menos importante, para a partilha de tecnologias e sistemas de informação locais¹⁸. Basicamente, o novo ordenamento jurídico vem clarificar as áreas de cooperação e dar dignidade formal a algumas práticas de articulação que, aqui e ali, se ajustavam e sustentavam mais nas “*idiossincrasias*” dos seus próprios

¹⁷ Artigo 5.º Cooperação:

1 - A cooperação entre as polícias municipais de Lisboa e do Porto e a Polícia de Segurança Pública é assegurada, respetivamente, pelo Presidente de Câmara Municipal e o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública.

2 - O âmbito da cooperação entre as polícias municipais de Lisboa e Porto e a Polícia de Segurança Pública abrange, entre outras, as seguintes áreas: a) Formação; b) Partilha de informação relevante para o desempenho das respetivas funções; c) Tecnologias e sistemas de monitorização rodoviária; d) Prevenção e segurança rodoviária; e) Proteção do ambiente; f) Programas de interesse social; g) Fiscalização de normas e regulamentos; h) Eventos de natureza social, cultural, desportiva e outras; i) Regulação e fiscalização de trânsito.

3 - A cooperação referida nos números anteriores é definida por contrato interadministrativo a celebrar entre a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e os municípios de Lisboa e do Porto.

¹⁸ Por exemplo, sistemas de vídeo-monitorização de trânsito e ocupação do espaço público.

comandantes do que propriamente na procura de um entendimento formal e consentâneo com o interesse público.

É nossa convicção que da origem comum dos polícias poderá o interesse público bem lucrar. A PML e PMP têm nas suas fileiras polícias com formação especializada em praticamente todas as áreas tipificadas na lei nº19/2004. A prestação articulada de um serviço policial armado e uniformizado, fortemente visível e centralizado nos seus públicos-alvo, poderá contribuir para um incremento do sentimento de segurança objetivo das populações e para a promoção de uma segurança adicional a *soft targets*. As festas da passagem de ano de 2016 marcaram pela primeira vez a utilização de barreiras físicas de betão no desenho do policiamento perimetral do evento, sem alarde ou promoção pública de tal iniciativa. Pese embora a estratégia encontrada pela PSP na proteção de áreas pedonais através da colocação predefinida de viaturas policiais enquanto barreira efetiva à passagem de viaturas, é certo que tais medidas são pela sua dimensão insuficientes para deter, por exemplo, um veículo pesado que circule a velocidade elevada. Ao não possuir equipamento desta natureza (ex: *new jerseys*) é fundamental que existam protocolos de colaboração entre as câmaras municipais (geralmente detentoras destes equipamentos ou de viaturas pesadas compactas) e a PSP, de forma a facilitar a ação policial no terreno. Desta forma, as Polícias Municipais poderão facilmente servir de ponto de ligação entre a PSP e as autarquias e integrar as respostas que possam ser escolhidas.

Numa perspetiva de organização formal, a aproximação às estruturas dos comandos da PSP possibilita um alinhamento administrativo e operacional que diminuirá a estranheza do início de funções policiais não integradas no dispositivo territorial da PSP e alinha a PML e PMP pelas regras da casa-mãe. Esta distinção reavivada pelo Decreto-lei nº 13/2017 entre a PML e PMP e as demais polícias municipais, serve para “*arrumar a casa*” e acabar com o cenário de indefinição que pouco ou nada contribuía para a dignificação das tarefas desenvolvidas ao nível municipais pelas suas Polícias assim como reforçar os canais de comunicação institucional. Parece-nos amplamente importante que o legislador tenha vinculado a estrutura orgânica da PML e PMP às estruturas orgânicas dos Comandos de Polícia, em consonância com o despacho 20/2009/GDN/PSP, dentro de uma estrutura hierárquica policial, mesmo apesar da dependência funcional a um presidente de câmara.

Será importante também reafirmar o papel das Polícias municipais de Porto e Lisboa numa lógica de complementaridade operacional com a PSP, dentro do quadro legal vigente, na promoção de um nível de segurança que potencie maior liberdade individual e coletiva, pois, numa época dominada pela incerteza e por conflitos e ameaças assimétricas poderá ser equacionável o papel das PM's na proteção de *soft targets*. Com refere Rivero (*in* Oliveira, 2015, p.35) “*a liberdade aumenta com a segurança dado que a liberdade é a possibilidade de fazer as escolhas livremente*”, e é dentro desta lógica de promoção de segurança que deveremos colocar estas duas Polícias municipais em particular.

Por último, estando no momento presente em discussão o teor das formas de cooperação e coordenação entre os comandos metropolitanos e as Polícias municipais das duas maiores cidades portuguesas, importará relevar que a distância conceptual que existe nas tarefas e atribuições das duas forças policiais, não deve - nem pode - impedir uma aproximação de complementaridade e cujo fim primeiro e último seja a prestação de um serviço público, serviço esse prestado com qualidade, diligência e em tempo.

Passaremos de seguida para uma breve análise sobre dois instrumentos colocados à disposição das forças policiais: um de natureza operacional (deteção comportamental) e o segundo interligado com a comunicação institucional sobre ataques com armas.

1.6. Ineficácia da deteção comportamental?

O instinto, percepção ou “faro” policial fazem parte das ferramentas de trabalho que um polícia desenvolve ao longo da sua carreira policial. O senso comum diz-nos que a capacidade de antecipar um comportamento ou de identificar um desvio aos padrões de normalidade possui duas componentes: a primeira resulta de um processo de aprendizagem de vários anos em que alguns tipos de comportamento são assimilados como desviantes e alvo de intensa análise e racionalização; a segunda, com carácter subconsciente, é de processamento rápido com grande probabilidade de erro ou enviesamento que não raras vezes distanciam o observador da necessidade de uma análise mais apurada sobre o objeto.

Os *behavioural detection officers*, criados em 2006 nos Estados Unidos, pela Transportation Security Administration (TSA) pretendiam terroristas através de padrões comportamentais e fisiológicos (em particular expressões faciais), em mais

de 160 aeroportos. Em 2010, e gastos mais de 200 milhões de dólares na formação e treino de 3000 agentes, de pouco ou nada valeram os esforços da administração norte americana, uma vez que se registaram 160.000 indivíduos suspeitos e menos de 1% efetivamente detidos¹⁹.

A ineficácia do programa da TSA sobre os agentes de deteção comportamental é plasmada com pormenor no relatório da *American Civil Liberties Union* (ACLU) publicado em Fevereiro de 2017 e denominado “*Bad Trip: Debunking the TSA’s behaviour Detection Program*”. Uma das principais críticas ao programa reside na falta de validação científica na deteção de comportamento “fisiológicos” suspeitos. O programa é alicerçado no preenchimento numérico de uma grelha multivariada de dados, denominada *SPOT Referral Report (Screening of Passengers by Observations Techniques)*, a qual é dividida em três partes distintas (Observação comportamental; Resolução SPOT e recolha de dados) que dão ênfase a vários fatores dos quais destacamos: narrativa sobre as condições do local onde é feita a interseção; vários padrões comportamentais com expressão fisiológica detetados nos suspeitos (com particular incidência na deteção de stress, medo e comportamento fraudulento); equipamentos que os suspeitos transportem e sinais de atitude fraudulenta ou enganosa. De acordo com o referido relatório, a deteção comportamental não é sustentada em evidência científica (ACLU, p. 6)²⁰ e como tal a análise comportamental pode ser enviesada e especulada pelo observador, já que a interpretação subjetiva do comportamento humano pode implicar uma avaliação quantitativa distinta, que pode pesar a favor ou contra o suspeito.

A título exemplificativo, a recusa de respostas às unidades temáticas identificadas no SPOT (ex: não dar respostas a perguntas; não falar com o agente; respostas evasivas, entre outras) não pode ser considerado comportamento

¹⁹ <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/7746246/200m-behaviour-detection-officers-fail-to-spot-a-single-terrorist-at-airports.html>

²⁰ *Contributors to a 2004 edited volume titled The Detection of Deception in Forensic Context concludes that “people in general are not skilled in distinguishing between truthfull and deceptive behaviour”. Study findings published in 2007 in Law and Human Behaviour showed the overall lie detection rates “were low and not difer from the level of chance”. The authors wrote that “this study, like so many previous studies... shows the difficulty police officers face when discerning truths from lies by observing the suspect’s verbal and non verbal behaviours”; The meta-analysis published in 2011 in Phychological Bulletin found that “one of the major findings” of social phychological research on deception is that “people are poor in detecting lies”*

suspeito e ocultador de algum tipo de verdade escondida. Como considera Aldert Vrij (2010, *in* ACLU, 2017) o convencimento que se instala em qualquer agente que procura identificar fugas á verdade ou verdades deturpadas por conduzir a juízos de valor errados, uma vez que a confiança do juízo é fundada em decisões rápidas com uma quantidade de informação extraordinariamente limitada. A este respeito revisitamos algumas da teorias de tomada de decisão (heurísticas e vieses) que indicam a falibilidade das decisões tomadas com um mínimo de informação disponível. É comum ao ser humano tomar decisões rápidas sem uma mensuração imediata das consequências que daí possam advir, sendo a existência humana feita de decisões, desde que acordamos até quando regressamos á subconsciência do sono paradoxal. Nesse sentido, o ser humano recorre com frequência a atalhos cognitivos que nada mais são que “*estratégias de resolução de problemas utilizados automática e inconscientemente*” (Lau, 2003, p.31). As heurísticas são processo cognitivos rápidos, que utilizam “*um mínimo de tempo, conhecimento e processamento para fazer escolhas adaptativas em tempo real*” (Gigerenzer & Todd, 1999 *in* Pinto, 2016, p.14) . Contudo, os processos de matriz simplificada colocam o decisor perante o erro de avaliação/juízo (que comumente se designam por vieses cognitivos) que laboram de forma inconsciente, implicando uma limitação objetiva na capacidade de decisão do observador (Pinto, 2016).

Assim, a deteção comportamental enquanto ferramenta operacional policial deverá ser cuidadosamente avaliada pelos decisores policiais sobretudo quando à sua fiabilidade e oportunidade. Passaremos de seguida para as estratégias de comunicação institucional nos Estados Unidos e Grã-Bretanha sobre comportamento a ter em ataques,

1.7. *Run, Hide and fight* ou *Run, Hide and Tell*?

No momento atual decorrem duas campanhas sobre as medidas que devem ser tomadas pelas pessoas no caso de estarem envolvidas num incidente com recurso a armas a primeira no Reino Unido pela *London Metropolitan Police* (LPM)²¹ e a segunda pelo *Federal Bureau of Investigation*²² norte americano, com o grafismo de disseminação da informação apresentado nas Figuras 3 e 4..

²¹ <https://www.cityoflondon.police.uk/advice-and-support/countering-terrorism/Pages/stay-safe.aspx>

²² <https://www.fbi.gov/about/partnerships/office-of-partner-engagement/active-shooter-resources/responding-to-an-active-shooter-crisis-situation>



Figura 3. Campanha do Reino Unido "Run, Hide and tell"



Figura 4. Campanha dos EUA "Run, Hide and fight"

Do ponto de vista do objeto propriamente dito (*active shooter*), existe um alinhamento entre as duas campanhas. A campanha inglesa opta por um grafismo bicolor maioritariamente escuro, não amigável, e recorre a *icons* facilmente inteligíveis para demonstrar qual a estratégia individual a seguir no caso de um ataque armado. É interessante verificar que, ao contrário do que acontece na campanha do FBI, as armas não estão *iconizadas* e a mensagem associada enfatiza a pouca probabilidade de um ataque com recurso a armas de fogo ou a

outro tipo e arma (*in the rare event of...*) A campanha do FBI é mais amigável, recorre à degradação cromática que impele para o movimento, onde a palavra “*fight*” é registada com tonalidade distinta como se falássemos de um cenário distinto. A campanha do FBI utiliza, tal como acontece para a LMP, linguagem iconográfica. É de salientar que a mensagem do FBI é mais densa de conteúdo, nomeadamente ao enfatizar que a campanha se destina ao processo de aprendizagem para a sobrevivência a um ataque com armas de fogo. Por último a campanha do FBI afirma claramente que a comunicação com os serviços de emergência só deve ser efetuado em condições de segurança. (*cal 911 only when it's safe do do so*).

Apresentadas as distinções mais básicas entre as duas campanhas deixamos para último aquela que coloca as duas em campos opostos: *tell* ou *fight*. Compreendemos que os conceitos encontrados possam ter um substrato histórico antagónico, nomeadamente na inalienação de direitos, liberdades e garantias mais vinculados na Europa que nos Estados Unidos, assim como na capacidade do uso da força letal por arma de fogo no afastamento de agressões atuais e ilícitas, que acontece com maior frequência por força do articulado da 2ª emenda da Constituição norte americana. Contudo, ao ser retirada da equação proposta a possibilidade da legítima defesa própria ou de terceiros como *ultima ratio*, não estamos a limitar todas as hipóteses de sobrevivência das pessoas? Relembramos neste trabalho que a campanha inglesa tem sido alvo de variadas críticas nomeadamente dos setores mais alinhados com a segurança de pessoas, as quais preconizam que em nenhuma situação deva ser afastada a possibilidade de, em desespero de causa, cada pessoa assumir a defesa dos seus interesses, neste caso o direito à vida, mesmo que para isso tenha que lutar contra uma ameaça assimétrica. Assumindo as vicissitudes de cada uma das campanhas é nossa opinião que das forças e serviços de segurança deverão optar por uma política de informação que integre todos os cenários possíveis.

2. Formulação do problema de pesquisa

Com foi referido formulamos como **pergunta-base** do presente trabalho: “*Numa época dominada pela incerteza de ataques erráticos contra soft targets estarão os decisores locais cientes do papel da coprodução securitária enquanto prioridade na*

proteção das populações?”. Tendo em conta a transversalidade e âmbito do tema proposto entendemos que numa lógica de corresponsabilização securitária deveria ser abordada a perspetiva dos decisores a um nível local cumprindo de certa forma o princípio do “*think global act local*”, uma vez que as respostas encontradas podem ser distintas, de local para local. Por outro lado, se tivermos em conta que uma boa parte das medidas para a proteção de *soft targets* dependem de decisões de âmbito local (*harget hardening* em áreas pedonais, melhoria do traçado das vias, melhores condições de *security* no desenho do edificado, entre outras) e que essas medidas ou estratégias de mitigação de risco são onerosas, fará todo o sentido que se analise o estado da arte numa cidade importante, como é o caso da cidade do Porto.

O Turismo do Porto e Norte de Portugal encerrou o ano de 2016 com um aumento de 10.70% em relação a 2015, valor que representa 6.8 milhões de dormidas. O aeroporto do Porto registou em 2016 mais de 9 milhões de passageiros. Apesar de ainda não estarem disponíveis os dados estatísticos para 2017 antecipamos que os valores de 2016 sejam facilmente ultrapassados, muito à custa da eleição da cidade com Best European Destination 2017. Cada vez mais assistimos ao esbatimento da época alta e época baixa para um quase contínuo de atividades turísticas o que requer um esforço também contínuo da polícia na visibilidade e na proteção de áreas críticas (ex. locais de forte concentração de pessoas, monumentos, terminais rodoferroviários, entre outros).

Somados todos os argumentos apresentados é nosso objetivo questionar os principais decisores dos destinos securitários do Porto sobre o que foi feito até aqui e, sobretudo, quais são os principais desafios que se colocam perante a centralidade da cidade enquanto destino turístico de referência mundial.

No próximo capítulo são apresentadas os instrumentos de investigação escolhidos e as fundamentações metodológicas para tal opção. Serão também apresentadas as perguntas derivadas e hipóteses.

II. MÉTODO

Apresentam-se seguidamente os objetivos e hipóteses deste trabalho, bem como os instrumentos e procedimentos utilizados, terminando com a caracterização dos participantes.

1. Objetivos e hipóteses

Considerando a pergunta-base formulada, este trabalho tem como principal objetivo aferir junto de decisores locais e policiais da cidade do Porto o seu posicionamento objetivo sobre a proteção de *soft targets*.

De acordo com Miranda (2009, p. 33) “*Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo para chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respetiva interpretação de resultados*”. Na senda de Ludke e André (1986), investigar corresponde a uma procura de conhecimento tendo sempre em linha de vista a resolução dos problemas expostos.

Considerando a pergunta-base da investigação a que nos propusemos (*Numa época dominada pela incerteza de ataques erráticos contra soft targets estarão os decisores locais cientes do papel da coprodução securitária enquanto prioridade na proteção das populações?*) apresentamos as seguintes perguntas derivadas:

PD1: É amplo o conhecimentos dos decisores de cidade sobre *soft targets*?

PD2: Existe consenso institucional no que tange à necessidade de abordagens conjuntas sobre os neo-fenómenos de ameaça contra *soft targets*?

PD3: Poderão os Conselhos Municipais de Segurança servir de plataforma crítica para a elaboração de estudos sobre fenómenos de insegurança, nomeadamente sobre a proteção de áreas críticas?

PD4: Existe consenso sobre necessidade de maior participação das forças de segurança (PSP) na gestão urbanística e do espaço público nas cidades?

De acordo com estas perguntas derivadas e com o exposto no enquadramento temático, propomos as seguintes hipóteses:

H1: Os decisores de cidade estão pouco informados sobre matérias associadas a *soft targets*

H2: Há consciência institucional para enquadrar as ameaças contemporâneas como objeto de coprodução securitária,

H3: Os Conselhos Municipais de Segurança não servem os interesses das autarquias e forças de segurança;

H4: A vertente *security* é uma ferramenta de importância crucial no desenho do espaço urbano.

2. Instrumentos e procedimentos

Aquando da escolha deste tema e da sua concretização num estudo empírico, colocaram-se três possibilidades de investigação de acordo com a literatura sobre metodologia científica (Alsaawi, 2014): levantamento bibliográfico exaustivo e o tratamento da informação daí decorrente; elaboração de estudos quantitativos com recurso a questionários e subsequente tratamento de dados; e, por último, recurso a estudos qualitativos tendo em conta a exploração da experiência, crença ou identidade do entrevistado.

Considerando a fraquíssima produção científica sobre o tema em causa, optou-se por estabilizar a recolha bibliográfica possível enquanto enquadramento temático e não como material de investigação alvo de análise de dados. Assim, houve que decidir entre uma análise quantitativa ou qualitativa. Ao considerar-se como elemento central a experiência da gestão de topo não faria qualquer sentido construir um questionário que, na melhor das hipóteses, seria submetido a apenas dois intervenientes. Relembramos aqui a posição assumida por Griffin (2004) que estabelece que a opção entre métodos qualitativos e quantitativos recai na distinção entre a profundidade e o âmbito da análise. O mesmo autor advoga que o método qualitativo promove uma maior profundidade sobre o fenómeno estudado enquanto o método quantitativo promove uma análise mais fina sobre o progresso da ordem social das coisas. Dentro desta dicotomia de instrumentos de investigação optou-se pela análise qualitativa, com recurso a entrevistas presenciais segundo um guião de questões semi-estruturado.

Para Haguette (1997) a entrevista é um processo de interação social na qual participam duas pessoas e em que uma delas pretende obter dessa segunda pessoa um acervo de dados objetivos e subjetivos. Segundo vários autores (Lakatos & Marconi, 2010; King, 2004), as entrevistas, tal como outros instrumentos de recolha de dados no âmbito da investigação científica, apresentam virtudes e

deméritos. Realçamos como fatores positivos preponderantes: maior flexibilidade dada ao entrevistador que pode a qualquer altura repetir ou modificar as questões dando-lhe maior inteligibilidade pelo entrevistado; respostas mais densas e com maior conteúdo atendendo ao conhecimento abrangente que o entrevistado detém sobre os temas (podendo ainda analisar-se a linguagem corporal dos entrevistados); em contraposição com os questionários, maior clima de proximidade, cordialidade e segurança no entrevistado levando-o a cooperar; e possibilidade de clarificação de representações, significados e tendências. Contudo, são comumente apontados com fatores negativos: dificuldade de comunicação entre o entrevistador e o entrevistado nomeadamente quando não existe empatia ou alguma incompatibilidade anterior; possibilidade de influência do entrevistado sobre quem entrevista; manifesto constrangimento do entrevistado face às questões colocadas nomeadamente quando se tratam de temáticas que possam aferir direta ou indiretamente as opções tomadas pelo entrevistado assim como o receio sobre a publicitação ou sigilo do depoimento; necessidade de maior tempo para a análise dos dados; e, pela sua natureza de contato direto, treino mais exigente ao entrevistador que partilhará o mesmo espaço com o entrevistado, obrigando-o a tomar a direção da entrevista sem qualquer inversão de papéis.

Tendo em atenção os prós e os contras que acabamos de analisar, o tema escolhido e pergunta-base entendemos ser mais prolífica a entrevista presencial semiestruturada, sem recurso à análise de elementos externos dos entrevistados, nomeadamente a parâmetros de linguagem corporal. Tivemos sempre cientes das limitações que as entrevistas colocam porquanto como sustenta Goffman (1969) as afirmações feitas em discurso direto perante outras pessoas nunca estão despidas de idiossincrasias egocêntricas e de outros referenciais de contexto. A opção pelo formato de entrevistas semiestruturadas em detrimento de outras tipologias (ex: estruturada ou aberta) resultou da possibilidade de ser estabelecido um guião prévio onde as questões são alinhadas mas sem a expectativa da vinculação absoluta do entrevistado as questões apresentadas, reservando-lhe a possibilidade de elaborar e conjecturar com ideias conexas que permitem enriquecer o conteúdo da entrevista e, conseqüentemente, com o tema proposto tal como acontece nas conversas informais (Bryman & Cramer, 2008).

3. Participantes

Uma vez identificado o método e atendendo ao objeto de estudo, aos exemplos práticos que trouxemos a este trabalho, bem como a sua circunscrição territorial (no caso em apreço a cidade do Porto) entendemos proceder a entrevistas semiestruturadas ao Presidente da Câmara do Porto, Dr. Rui Moreira e ao Comandante Metropolitano da PSP do Porto, Superintendente-Chefe Miguel Mendes, no sentido de perscrutar quais os seus posicionamentos sobre a proteção de *soft targets*. Ambas as entrevistas foram transcritas para suporte físico e os entrevistados informados de o suporte áudio seria destruído após a sua transcrição.

O Comandante Metropolitano da PSP do Porto foi entrevistado no dia 07 de Setembro de 2017, com recurso a suporte digital de gravação áudio, nas instalações do Comando Metropolitano e a entrevista em causa durou 20 minutos.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto foi entrevistado no dia 8 de Setembro de 2017, com recurso a suporte digital de gravação áudio, nas instalações da Câmara Municipal do Porto e teve a duração de 14 minutos.

Após transcrição das entrevistas, estas foram dissecadas no sentido de corresponder a cada tópico do guião semi-estruturado (já que este não implicou uma sequência exatamente igual para ambos os entrevistados) e organizadas de forma a permitir a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para facilitar responder às questões, objetivos e hipóteses deste trabalho, considerou-se útil proceder a uma apresentação comparativa das principais linhas-força latentes nas duas entrevistas (Tabela 2), que correspondem, quase na íntegra, às narrativas *ipsis verbis* dos entrevistados.

Considerando o guião elaborado, quando perguntado aos entrevistados o que representaria na sua opinião um *soft target* recolhemos uma consensualidade de ideias, muito associadas à incerteza e à não regularidade dos alvos. Ambos os entrevistados são unânimes na identificação de aglomerados de pessoas, “ponto de fuga difícil” ou infraestruturas pouco protegidas (pontes) enquanto alvo preferencial de ataque, “sem racionalidade lógica”. Para o Presidente da CMP é importante laborar sobre um novo conceito de proteção e segurança e apostar na cenarização enquanto ferramenta de prevenção.

Relativamente à competência material sobre a proteção de *soft targets* o Presidente da edilidade é categórico em assumir que tal tarefa deve ser da competência da polícia (até por imperativo legal), apesar de reconhecer que o trabalho ultrapassa os limites das forças e serviços de segurança. Já o Comandante Metropolitano revisita o princípio de que a segurança é um capital individual e coletivo, e nessa circunstância, a competência na administração da segurança começa no indivíduo, bem antes de ser transferida para o controlo social formal. Entende também que a tarefa não deve cingir-se apenas à instituição policial, estendendo as suas considerações na inclusão de “todos os órgãos do município”, “empresas de transporte público” e “entidades de planeamento urbanístico”.

Apesar de não constituir uma vertente da questão apresentada ambos os entrevistados dão relevância ao papel que os Conselhos Municipais de Segurança (CMS) criados pela Lei nº33/98, de 28 de Julho, possam vir a assumir neste capítulo. O Comandante Metropolitano densifica o seu raciocínio e alerta para a grande dimensão dos CMS e pelo desprezo institucional que alguns dos seus membros lhes dedica (é pouco frequente estarem os responsáveis máximos nos CMS). Preconiza ainda que os CMS deveriam possuir duas estruturas: uma de natureza estratégica e outra operacional e materialize as diretrizes estratégicas da chefia. Alerta ainda para os custos financeiros que possam advir da promoção de medidas securitárias adicionais em locais identificados. Por último é feita uma

referência, no nosso entender de grande importância, sobre a alheação securitária que algumas instituições demonstram quando promovem e organizam grandes eventos ao não identificar ou relegar para segundo plano os custos associados à segurança. O Comandante Metropolitano indica que o investimento público que é feito no policiamento de visibilidade deve ser quantificado.

Sobre os locais/cenários/eventos para os quais é prioritária a proteção de *soft targets* os entrevistados identificam como prioridade as zonas pedonais da cidade do Porto, nomeadamente a Rua de Santa Catarina, Rua de Cedofeita e Ribeira. O Presidente da CMP coloca o discurso da proteção em infraestruturas críticas como a rede de Metro do Porto e espaço comerciais de grande afluxo de pessoas, como será o mercado do Bolhão. Por seu turno o Comandante Metropolitano alarga o conceito de proteção a grandes aglomerados de pessoas, estações de metro (ex: estação da Trindade) e outros eventos catalisadores de multidões (ex: São João, 10 de Junho, Red Bull Air Race, Passagem de Ano) e indica a necessidade da adoção de novas medidas operacionais, nomeadamente na compartimentação e sectorização de multidões.

No que tange ao desenvolvimento de uma cartografia de risco o Presidente da CMP entende que é fundamental identificar as zonas de risco e, atendendo ao carácter subjetivo da ameaça, desenvolver cenários que preparem os intervenientes para as ameaças e possíveis ataques. Reitera que esta necessidade “não é só porque o Presidente da Câmara acha” e que “o *achismo* é a coisa mais perigosa na segurança”, isto porque a segurança não pode ser tratada com a incerteza de um jogo de fortuna ou azar. Questionado sobre a cartografia de risco o Comandante Metropolitano entende que parte do trabalho está razoavelmente feito, sobretudo no capítulo das identificação de infraestruturas críticas. Reitera que para estabelecer uma cartografia de risco sobre *soft targets* deve ser criada uma matriz, na qual devem constar variáveis como: densidade; frequência; sazonalidade e que, de acordo com os resultados obtidos, a identificação dos locais “virá por acréscimo”. É premente a dúvida que coloca sobre a quantificação objetiva do número de pessoas para o qual é necessário estabelecer medidas securitárias adicionais “o que são *soft targets*? 100 pessoas? 1000 pessoas?”

Por último e quando questionados sobre a importância da abordagem componente *security* no desenho da cidade (edificado, arruamento e mobiliário urbano) ambos os entrevistados concordam que a gestão de cidade deve dedicar

mais espaço aos impactos que as intervenções urbanísticas possam ter na criação de novos fenómenos de criminalidade ou evitamento espacial. O Presidente da CMP, preconiza essa necessidade a montante do processo de intervenção objetiva no espaço urbano em sede de Plano Diretor Municipal (PDM). Apesar das forças de segurança serem chamadas a dar alguns contributos em sede de discussão do PDM é necessário que essa participação seja efetiva e permanente. Reconhece que alguns PDM's são inadequados para a segurança pública (ex: Bairro da Pasteleira Nova). Por seu turno o Comandante Metropolitano entende que há um desequilíbrio entre o *safety* e o *security* nas cidades e gostaria de ver as instituições mais intervenientes, longe de protagonismos desnecessários e alerta para alguma cautela sobre a produção de pareceres *security* que possam servir interesses difusos (“toda a gente tem uma opinião sobre segurança”). Por último faz referência à necessidade das entidades gestoras de cidade falarem numa perspetiva abrangente e não aut centrada e coloca a Câmara Municipal como elemento agregador de vontades porque é ela, Câmara, a dona do espaço e dos dinheiros.

Tabela 2. Resumo comparativo das entrevistas

Questão	Presidente CMP	Cmndt COMETPOR
Atendendo à indefinição conceptual o que é para si um <i>soft target</i>?	Um <i>soft target</i> está relacionado com a incerteza; introdução da mão humana na incerteza que até agora estava ligada a fenómenos naturais; Os modelos de terrorismo envolvem situações, espaço e territórios que anteriormente não estavam sujeitos a ameaça. A “moda” atual é atingir o maior número de pessoas em ruas, pontes, bem com outros locais de fuga difícil. A estratégia dos atacantes poderá passar pela alteração do <i>modus operandi</i> ; Precisamos de um conceito novo de proteção e segurança, em que a prevenção possa ser a ferramenta fundamental; Cenarização	Um alvo não regular, não convencional, qualquer alvo Não são instituições ou edificadas; tendem a ser alvo humanos; identificação de alvos sem racionalidade logica; aleatório;
A quem compete a proteção de <i>soft targets</i>?	Teme que em sociedades fechadas, tal como o Porto, não tem multiracialidade, teme que possa ser utilizada da pior forma a propiciação de informações; Teme que possa incitar a xenofobia e consequentemente criar uma síndrome contra pessoas que tenham comportamentos diferentes (rosto coberto hijab; Fazer dos cidadãos vigilantes não parece uma boa ideia em termos de direitos liberdade e garantias; Pode incitar algumas pessoas ex: comerciantes a ter esse papel (ex: Jane Jacobs); A proteção de ST pertence à polícia. Podemos engajar na proteção de certos cenários mas a segurança pertence à polícia; Incomoda a presença de empresas de segurança no espaço público (não estão preparadas);	A proteção de <i>soft targets</i> é a projeção da segurança em geral. A segurança em geral cabe a todos (desde o individuo À responsabilidade partilhada de várias instituições –FSS). No saco das grandes cidades de todos os órgãos do município, empresas de transporte público. Entidades de planeamento urbanístico (deve ser pensado para o <i>safety</i> e <i>security</i>). Os conselhos Municipais de Segurança são órgãos muito alargados, menos prezados pelas chefias de topo (agendas paralelas no CMS). CMS com dois órgãos: tático e estratégico. Inexequibilidade de medidas com elevado custo. A visibilidade custa muito dinheiro (desde novembro de 2015) que envolve cerca de 20 pessoas. Em Portugal pensa-se nos eventos e não nos custos de segurança
Se tivesse que elencar 4 cenários de proteção a <i>soft targets</i> na cidade do Porto quais escolheria?	Os eventos já são <i>hard targets</i> Ruas pedonais; transportes coletivos em linha (metro); grandes espaços comerciais (de futuro o mercado do bolhão)	Rua de Santa Catarina obviamente, pela quantidade de pessoas. Estação de metro da Praça da Trindade. Todos os eventos (São João, 10 de Junho, Red Bull Air Race, Passagem de ano). Temos que começar a pensar na sectorização de multidões. Cais da Ribeira e as Pontes.

<p>Na qualidade de gestor de cidade – neste caso da segurança da cidade do Porto- entende adequado a criação de uma cartografia de risco para a proteção de <i>soft targets</i>? Se Sim que entidades deveriam participar nesse trabalho</p>	<p>É fundamental uma cartografia de risco. Estas ações ilícitas dependem da subjetividade; é óbvio que a subjetividade deve fazer parte de um estudo e de uma cartografia que não pode ser feita sem a componente subjetiva para posteriormente objetivar, por exemplo com cenarização de situações possíveis; Isto não pode ser feito “só porque o Presidente da Câmara acha”. O “achismo” é a coisa mais perigosa na segurança; A segurança não é um jogo de totobola, tem que ser uma coisa mais concreta; A cartografia de risco reverá ser feita mediante a iniciativa da administração central (não existem ST apenas no Porto); Competência do Primeiro-Ministro que deveria envolver as FSS e ter ligação com os poderes locais; nesta competência não deveria haver descentralização. Gestão do <i>dossier</i> pela PCM</p>	<p>Deveria ser feita uma cartografia de risco (em certa parte está feita: infraestruturas de risco, área de preocupação <i>security</i>). O <i>soft target</i> pode ser qualquer zona. Como se poderia aferir uma matriz de análise? Seria necessário aferir as variáveis (densidade, frequência, sazonalidade). Os locais vinham por acréscimo. Exemplos de Santa Catarina e Ribeira e as variações de utilização pedonal. Ver todas as variáveis possíveis e, após, identificar prioridades. Mas o que são <i>soft targets</i>? 100 pessoas? 1000 pessoas? Há que definir um ponto de corte pois ser forem 100 pessoas muitas ruas “desaparecem” (ex: ponte Luis I)</p>
<p>Tendo em conta o papel das polícias na administração da segurança pública entende que deveria ser necessário um parecer <i>security</i> no desenho urbano (via pública e edificado)?</p>	<p>Acha fundamental um parecer <i>security</i> das forças de segurança; O parecer <i>safety</i> trata apenas de uma parte do risco. Reforça o papel das polícias municipais em conjuntamente com a FS da área a pronunciarem-se sobre o potencial anómico ou criminógeno de certas intervenções em espaço público. Esta consideração deve ser tida em conta mesmo no PDM. Não faz sentido planear uma nova avenida sem questionar quais são os padrões de risco que estão associados a determinado desenho urbano; O que se verifica hoje em dia é que a forma como se organizaram diversas cidades – de acordo com PDM's inadequados para a segurança (Exemplo o Bairro Novo da Pasteleira: “se tivessem perguntado a algum polícia se o bairro deveria ser feito assim teriam dito “livrem-se””. Aquilo é muito mais perigoso que o Aleixo)</p>	<p>Mais atenção na vertente <i>safety</i> do que na <i>security</i>. Todos os atores de uma cidade devem ser intervenientes. Em muitos casos as instituições gostam de protagonismo e os seus representantes também. Há problemáticas que não deviam depender de protagonismo nem de pessoas. Um parecer tem uma dupla vertente: se o parecer servir o meu interesse... Melhor discutir de boa-fé e bom senso que emitir pareceres. Toda a gente tem uma opinião sobre segurança. O Porto tem 2300 ruas. Não é possível antecipar um comportamento individual. Era preciso que todas entidades deviam falar e discutir na perspetiva do bem público e não na defesa da sua entidade. A liderança de qualquer grupo de trabalho deveria recair sobre a Câmara pois é ela a dona do espaço público e dona dos dinheiros. Todos ganham se tudo correr bem.</p>

Quando densificamos o nosso propósito inicial de investigação através de perguntas derivadas verificamos que os entrevistados demonstram ser possuidores de sólido conhecimento sobre o fenómeno (PD1), o que para o caso do decisor político entrevistado é registado com particular satisfação. Ora tal assunção vai em sentido distinto da nossa primeira hipótese (H1). Ficou patente ao longo das entrevistas que existe consenso institucional para que as intervenções em espaço público sejam uma resultante e não apenas uma soma de iniciativas individuais (PD2 e H2).

Quanto ao papel dos CMS as opiniões apontam para um fortalecimento do seu papel na promoção de soluções. Contudo, é-nos evidente que os moldes em que os CMS funcionam não serve os interesses securitários das cidades, devendo os mesmos possuírem outras competências de assessoria e não de emissão de meros pareceres (PD3). É importante que do ponto de vista institucional sejam os CMS espaços de representatividade das chefias de topo. De certa forma esta circunstância vem dar forma ao conjeturado na nossa hipótese (H3) que indicava para a ineficácia dos CMS. Por último recolheu concordância a necessidade de existir uma maior participação das FS em sede anterior às intervenções em espaço público, apesar de algumas reservas apontadas pelo Comandante Metropolitano (PD4). Concluímos por isso a validação da nossa hipótese sobre a importância central da vertente *security* no desenho do espaço urbano de fruição comum. (H4).

A validação da nossa hipótese vai ao encontro que defende Gomes (2007, p. 61) quando afirma *“nunca é demais suscitar a necessidade da definição de uma estratégia global de prevenção que integre uma componente de prevenção situacional, levada a cabo designadamente através de uma melhor conceção e ordenamento do espaço público”*. Ainda segundo o mesmo autor é imperioso que exista consciência política para, dentro de uma agenda nacional de prevenção da criminalidade, nomeadamente na previsão da obrigatoriedade de realização de estudos de impacto da segurança pública, para projetos com finalidades específicas ou de grandes dimensões.

Feita a análise dos resultados obtidos nas entrevistas passaremos para conclusões do trabalho, onde se apresentam alguns caminhos possíveis para a corresponsabilização securitária na proteção de *soft targets*.

IV. CONCLUSÕES

Procuramos ao longo do trabalho construir alguns caminhos possíveis para uma melhor compreensão do fenómeno *soft target* assim com da assimilação e capacitação interinstitucional para a sua proteção. Partindo da pergunta de investigação “*Numa época dominada pela incerteza de ataques erráticos contra soft targets estarão os decisores locais cientes do papel da coprodução securitária enquanto prioridade na proteção das populações?*” concluímos que existe sensibilidade política e policial para, no caso da cidade do Porto, progredir para a divisão de tarefas e partilha de informações que maximizem a resposta possível na proteção de *soft targets*, não numa lógica de protagonismo mas de gestão integrada. Verificamos que os entrevistados possuem sólido conhecimento sobre o fenómeno, mesmo no caso do decisor político, existindo consenso institucional para que a intervenções em espaço público resulte da articulação de iniciativas individuais e coletivas, bem como reforço do papel dos Conselhos Municipais de Segurança na promoção de soluções articuladas.

Independentemente de todas as metodologias operacionais que as FSS possam desenvolver, individualmente ou em articulação de esforços com outras entidades, é certo que a volatilidade, a incerteza, o *modus operandi* dinâmico e pouco sofisticado de ataques contra *soft targets* serão sérios entraves para a antecipação destes comportamentos erráticos. Nenhuma polícia poderá garantir uma proteção efetiva contra uma nova tipologia de criminalidade pouco estruturada que depende sobretudo da disponibilidade intelectual de um ou vários indivíduos de investir sobre um grupo de pessoas indefeso, sem recurso a explosivos ou armas de fogo. Por exemplo, em 2010 a rede de supermercados norte americana Wal-mart aderiu ao programa “*if you see something, say something*” do Department of Homeland Security²³, que encoraja qualquer cidadão a reportar à polícia qualquer facto estranho à rotina e que possa de alguma forma comprometer a segurança^{24,25}. Como refere Janet Napolitano, à data Secretária do Departamento de Estado Norte Americano da Segurança Interna, “*this partnership will help millions of shoppers*

²³ <https://www.dhs.gov/see-something-say-something>

²⁴ <http://edition.cnn.com/2010/US/12/06/washington.dhs.walmart/index.html>

²⁵ Sobre este assunto o DHS divide a a área de atuação entre três grandes setores: Público em geral, viajantes e negócios. A atuação destes públicos é sustentada nas premissas: “Who and What you saw; When you saw it; When it occurred; why it’s suspicious”.

across the nation identify and report indicators of terrorism, crime and other threats to law enforcement authorities"²⁶.

A proteção de *soft targets* tornou-se um desafio único para as forças e serviços de segurança quer pela aleatoriedade dos ataques quer pela natureza intrínseca de alguns cenários, pois uma boa parte desses alvos são localizados em infraestruturas privadas cuja responsabilidade primária securitária pertence aos seus proprietários.

Com este trabalho pretendemos contribuir para a necessidade do robustecimento das relações institucionais ao nível local no que concerne à proteção de pessoas e espaços críticos, revalidar a necessidade do estabelecimento de cartografias de risco e do estabelecimento de prioridades de intervenção no espaço público.

É nosso entendimento que a aproximação *soft* que a polícia desenvolve e promove juntos de alguns público-alvo (idosos, comerciantes, jovens) poderá servir não só para a produção de informações que apoiem a atividade operacional, mas também para a promoção de uma cultura securitária que identifique antecipadamente desvios a padrões de normalidade, não na lógica delativa mas na de colaboração com as FSS. As soluções, como dissemos, passarão fundamentalmente pelo fortalecimento de uma cultura securitária junto dos cidadãos, grupos de cidadãos e empresas, na corresponsabilização público-privada no exercício da segurança e pela articulação do policiamento entre a demonstração de força (*hard policing*) aliadas com a incontornável vertente tecnológica (*tech policing*).

Retomamos ainda a vertente da cultura securitária transversal que, concorrencialmente com as ações das forças e serviços de segurança, poderá contribuir para redução da malha de controlo sobre factos ou condutas atípicas. O esforço para a proteção de *softs targets* envolverá sempre uma consciencialização coletiva de segurança e sobre as etapas que esse exercício poderá implicar, tal como refere Lourenço (2017, p.349): *“há hoje uma consideração partilhada de que as profundas transformações nas formas e intensidade à segurança contemporâneas exige uma nova e reforçada capacidade de resposta institucional*

²⁶ <https://www.dhs.gov/news/2010/12/06/secretary-napolitano-announces-expansion-if-you-see-something-say-something-campaign>

e promoção de uma diferente cultura de segurança - não certamente uma ideologia securitária por parte da comunidade nacional e internacional”.

Acreditamos que a todos os níveis (público e privado) deverá existir uma consciencialização crescente no sentido de trazer para o lado policial os *harts and minds* que possam contribuir para um sentimento de segurança coletivo. Às forças de segurança, em conjugação de esforços com outras entidades, caberá a mitigação de riscos através de técnicas e instrumentos físicos (ex: barreiras; *vetting checks*, plano de evacuação treino staff, videovigilância; sistemas de informação ao público) que impeçam e tornem de resultado difícil um atentado contra *soft targets*. A este respeito e sobre a necessidade de articulação de respostas conjuntas “*a segurança será tanto maior -quer no plano objetivo quer no plano subjetivo quanto mais longe se situar das querelas superficiais da conjuntura*” (Pereira, 2017, p.421)

Por outro lado, o desenvolvimento de treinos e simulacros sobre cenários possíveis em infraestruturas privadas, treinos de sensibilização para comportamento suspeitos perfilam-se com estratégia prioritária para o envolvimento comunitário neste desiderato, na articulação entre ações de planeamento e controlo dentro de um barómetro de maior ou menor previsibilidade.

Na plêiade de soluções que possamos desenhar para a proteção de alvos desprotegidos não podemos correr o risco de alijar o esforço permanente multissetorial que deve ser feito. É certo que nunca seremos capazes de porteger tudo e todos e, nesse sentido, a boa segurança será aquela em que todos participem ativamente. A Teoria dos Pequenos Números diz-nos que o indivíduo quando está na posse de um número limitado de informações nas suas memórias recentes sobrestimam a probabilidade de determinadas ocorrências acontecerem. O fator tempo atua no sentido da amenização da memória, enquanto exercício de “*luto*” sobre uma ou variadas situações. Além do fator tempo releva incluir nesta equação o fator de distância física e ideológica: tem menos impacto no desenho psicológico que fazemos sobre a impiedade de um atentado terrorista um facto que aconteceu no sudeste asiático que aquele que aconteceu no país vizinho; e a convergência ideológica ou de credo religioso é propiciadora de maior proximidade e vinculação afetiva.

Obviamente que para os decisores, sejam eles políticos ou policiais, caber-lhes-á sempre uma quota-parte indefinida de responsabilidade quando se tomam

decisões sobre um cenário indeterminado, mas sempre imbuído do imperioso princípio da especialização necessária.

Tentamo-nos, *in fine*, a recuperar a *Ética a Nicómaco*, de Aristóteles:

*“Damo-nos, portanto, por satisfeitos se, ao tratarmos destes assuntos, a partir de pressupostos que admitem margem de erro, indicarmos a verdade grosso modo, segundo a sua caracterização apenas nos traços essenciais. Pois, para o que acontece o mais das vezes, com pressupostos compreendidos apenas grosso modo e segundo a sua caracterização nos traços essenciais, basta que as conclusões a que chegamos tenham o mesmo grau de rigor. (...). Na verdade, parece um erro equivalente aceitar conclusões aproximadas a um matemático e exigir demonstrações a um orador”.*²⁷

Redator: _____

²⁷ O sublinhado é nosso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACLU (2017). “*Bad Trip: Debuking the TSA’s behaviour Detection Program*”.
- Aristóteles (sd). *A Ética a Nicómaco*. Lisboa. Quetzal
- Asal, V. H., Rethemeyer, R. K., Anderson, I., Stein, A., Rizzo, J., & Rozea, M. (2009). The Softest of Targets: A Study on Terrorist Target Selection. *Journal of Applied Security Research*, 4(3), 258-278.
- Castro, C. S. (2003). *A Questão das Polícias Municipais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.
- De Cauwer, H., Somville, F., Sabbe, M., & Mortelmans, L. J. (2016). Hospitals: Soft Target for Terrorism? *Prehospital and Disaster Medicine*, 32(1), 94-100.
- Drake, C. J. M. 1988. The Role of Ideology in Terrorists’ Target Selection. *Terrorism and Political Violence*, 10 (2),53-85.
- Gaiolas, A. (2010). A efetividade do poder aéreo em conflitos assimétricos. *Boletim IESM*, 9, 29-55.
- Gassin, R. (1994). *Criminologie (3ª Ed)*. Paris: Daloz.
- Griffin, C., & Bengry-Howell, A. (n.d.). *Ethnography*. The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology, 38–54
- Griffin, C. (2004). *The advantages and limitation of qualitative research in psychology and education*. Bath. Scientific Annals of the Psychological Society of Northern Greece.
- Goffman, E. (1969). *Strategic interaction*. Philadelphia: University of Philadelphia Press.
- Gomes, P. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbana: subsídios para uma agenda nacional. *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra: Almedina, 61-80.
- Hesterman, M. F. (2017). *Soft Targets and Crisis Management*. Filadelfia: CRC Group.
- Jäckle, S., & Baumann, M. (2015). “New Terrorism” = Higher Brutality? An Empirical Test of the “Brutalization Thesis.” *Terrorism and Political Violence*, 29(5), 875-901.
- King, N. (2004). Using Interviews in Qualitative Research. In C. Cassell & G. Symon (Eds.), *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research* (pp. 11-22). London: Sage.

- Lau, R. (2003). Models of decision making. In D.Sears, L. Huddy & R. Jarvis (Eds.) *Handbook of political psychology* (pp. 19-59). New York: Oxford University Press.
- Gouveia, J. (2017). *Estudos de Direito e Segurança – II volume*. Coimbra: Almedina.
- Lourenço, N. (2011). Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O Espectro Axial da Relação Liberdade e Segurança. *Segurança e Defesa. Abril-Junho*. Lisboa: Segurança e Defesa
- Lourenço, N. (2017). Violência Urbana e Sentimento de Insegurança. In J. B. Gouveia (Ed.), *Estudos de Direito e Segurança - II volume* (pp. 347-366). Coimbra: Almedina.
- Mathews, R. (2017). Violent Attacks and Soft Targets. In M. F. Hesterman (Ed.), *Soft targets and crisis management* (pp. 457-473). Filadelfia: CRC Press.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- Oliveira, J. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pereira, R. (2017). A Segurança na Constituição. In J. B. Gouveia (Ed.), *Estudos de Direito e Segurança - II volume* (pp. 409-421). Coimbra: Almedina
- Pinto, I. (2016). *A decisão dos elementos policiais pouco experientes nas operações de fiscalização de trânsito*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Schmid, A. P. (1988). *Political Terrorism*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- Silva, A.L. (2017). *O princípio da complementaridade na articulação operacional entre a Polícia de Segurança Pública e as Polícias Municipais do Porto e de Lisboa*. Trabalho de Investigação da Unidade de Geopolítica, Estratégia e Políticas de Segurança, do 4º Curso de Direção e Estratégia Policial. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silva, A.L. (2017). *O paradoxo da incerteza ou o complexo de Cassandra. A antinomia Soft*. Trabalho de Investigação da Unidade de Prospetiva, Planeamento e Gestão de Operações, do 4º Curso de Direção e Estratégia Policial. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Sutherland, E. (1939). *Principles of Criminology*. Filadélfia: Lippincott.